



PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHAIS

ESTADO DO PARANÁ

PARECER: 768/2023 – PROGE
INTERESSADO: Secretaria Municipal de Administração.
PROTOCOLO: 46.516/2023.
ASSUNTO: Credenciamento. Análise. Aprovação.
VALOR: R\$ 3.600.000,00.

I – Síntese do Requerimento

Trata-se de solicitação de análise prévia da minuta do edital de Credenciamento, que objetiva a contratação de ***“Credenciamento para procedimentos diagnósticos de tomografias, ressonâncias, densitometrias, teste de esforço, monitoramento pelo sistema Holter 24 horas, monitoramento ambulatorial da pressão arterial - MAPA, biópsia de tireóide ou paratireoide - PAAF e Ultrassonografias, para os usuários do Município de Pinhais”***, no valor de **R\$ 3.600.000,00** (três milhões e seiscentos mil reais).

Com a devida instrução, vêm os autos para prolação de parecer.

II – Análise de Mérito

Como se sabe, o Credenciamento consubstancia-se em procedimento administrativo que viabiliza a contratação de todos os particulares que atendam às condições estabelecidas pela Administração para a prestação de determinados serviços, notadamente **quando o interesse público impuser que a prestação destes serviços ocorra por meio do maior número possível de particulares**. São exemplos da necessidade de utilização do Credenciamento: contratação de serviços médico-hospitalares utilizados no âmbito do SUS; contratação de laboratórios médicos, veterinários; contratação de entidades ou programas comunitários para realização de trabalho gratuito pelos presos etc.





PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHAIS

ESTADO DO PARANÁ

Observe-se, então, que a utilização do Credenciamento será cabível naquelas situações concretas em que a competição entre potenciais contratados restar inviável, pela inadequação da escolha de apenas um. Inviabilidade esta, que diverge daquela usualmente observada, qual seja, a determinada em razão da existência de apenas um particular apto à consecução do objeto; sendo configurada exatamente no seu extremo oposto, ou seja, a verificação de que a contratação simultânea ou consecutiva de mais de um particular é que de fato atenderá às necessidades da Administração Contratante. Em outras palavras, a pluralidade de contratados é ínsita à ideia de correta execução do objeto. Sobre esta temática, Carlos Pinto Coelho MOTTA, assim discorre: *“o processo de credenciamento vem sendo utilizado na prática como meio excepcional, atípico, de seleção de contratados da Administração Pública, sempre que a competição se demonstra inviável, em virtude da conveniência ou necessidade da prestação do serviço por mais de um executor”*.¹

Assim, por mais paradoxal que possa *parecer* “a inviabilidade de competição consiste, no caso, na ausência de exclusão entre os possíveis interessados”.² Por essa razão, o Credenciamento é considerado, por boa parte da doutrina, como uma hipótese de inexigibilidade de licitação, fundamentada no art. 74, inc. I, II e III, da Lei Federal 14.133/2021, ou no caso da Entidade Consulente pela Lei Orgânica.

Nesse toar, revela-se oportuno colacionar os comentários aduzidos por Marçal JUSTEN FILHO e Jorge Ulisses Jacoby FERNANDES sobre o tema:

JUSTEN FILHO

¹ MOTTA, Carlos Pinto Coelho. **Eficácia nas Licitações e Contratos**. 11. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2008. p. 324.

² JUSTEN FILHO, Marçal. **Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos**. 16. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014. p. 58.





PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHAIS

ESTADO DO PARANÁ

... somente se impõe a licitação quando a contratação por parte da Administração pressupuser a competição entre os particulares por uma contratação que não admita a satisfação concomitante de todos os possíveis interessados. (...) Por isso, **não haverá necessidade de licitação quando for viável um número ilimitado de contratações** e (ou) quando a escolha do particular a ser contratado não incumbir à própria Administração. **Isso se verificará, especialmente quando uma alternativa de contratar não for excludente de outras**, de molde que a Administração disponha de condições de promover contratações similares com todos os particulares que preencherem os requisitos necessários. O raciocínio não é afastado nem mesmo em face da imposição de certos requisitos ou exigências mínimos. **Sempre que a contratação não caracterizar uma “escolha” ou “preferência” da Administração por uma dentre diversas alternativas, será desnecessária a licitação.** (...)

Nessas hipóteses, em que não se verifica a excludência entre as contratações públicas, a solução será o Credenciamento³ (sem grifos no original).

FERNANDES

Se a Administração convoca todos os profissionais de determinado setor, dispondo-se a contratar todos os que tiverem interesse e que satisfaçam os requisitos estabelecidos, ela própria fixando o valor que se dispõe a pagar, os possíveis licitantes não competirão, no sentido estrito

³ Idem.





PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHAIS

ESTADO DO PARANÁ

da palavra, inviabilizando a competição, uma vez que a todos foi assegurada à contratação.⁴

Tomando por divisa as ilações doutrinárias, o legislador disciplinou a matéria, aplicável às contratações do Município por força da Lei Federal 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 346/2023, observe-se:

Lei Federal 14.133/2021:

Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:

...

XLIII - credenciamento: processo administrativo de chamamento público em que a Administração Pública convoca interessados em prestar serviços ou fornecer bens para que, preenchidos os requisitos necessários, se credenciem no órgão ou na entidade para executar o objeto quando convocados;

...

Decreto Municipal 346/2021:

Art. 178. O credenciamento poderá ser usado nas seguintes hipóteses de contratação:

I - paralela e não excludente: caso em que é viável e vantajosa para a Administração a realização de contratações simultâneas em condições padronizadas;

II - com seleção a critério de terceiros: caso em que a seleção do contratado está a cargo do beneficiário direto da prestação;

III - em mercados fluidos: caso em que a flutuação constante do valor da prestação e das condições de contratação inviabiliza a seleção de agente por meio de processo de licitação.

§ 1º Nos procedimentos de credenciamento deverão ser observadas as seguintes regras:

I - a Administração deverá divulgar e manter à disposição do público, em sítio eletrônico oficial, edital de chamamento de interessados, de modo a permitir o cadastramento permanente de novos interessados;

⁴ FERNANDES, Jorge Ulisses Jacoby. **Contratação Direta sem Licitação**. 9. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2012. p. 540.





PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHAIS

ESTADO DO PARANÁ

II - na hipótese do inciso I do caput deste artigo, quando o objeto não permitir a contratação imediata e simultânea de todos os credenciados, deverão ser adotados critérios objetivos de distribuição da demanda;

III - o edital de chamamento de interessados deverá prever as condições padronizadas de contratação e, nas hipóteses dos incisos I e II do caput deste artigo, deverá definir o valor da contratação;

IV - na hipótese do inciso III do caput deste artigo, a Administração deverá registrar as cotações de mercado vigentes no momento da contratação e excepcionalmente poderá justificadamente não consignar o valor pago pelo objeto ante as características de preços flutuantes do próprio mercado;

V - não será permitido o cometimento a terceiros do objeto contratado sem autorização expressa da Administração;

VI - será admitida a denúncia por qualquer das partes nos prazos fixados no edital.

§ 2º O valor do contrato do credenciamento é meramente estimativo, não gerando qualquer direito aos credenciados para a contratação do seu valor integral.

§ 3º O edital de chamamento do credenciamento permanecerá aberto e disponível para que qualquer interessado possa solicitar o credenciamento, ainda que o edital estabeleça datas para análises e julgamentos dos documentos.

§ 4º O edital e os termos de adesão contratual ao credenciamento poderão ser renovados, caso o credenciamento permaneça aberto, sendo possível a aplicação de reajuste.

§ 5º Caso entenda conveniente, a Administração Pública Municipal poderá celebrar um termo de adesão contratual para todos os credenciados.

§ 6º Qualquer modificação de valores do credenciamento alcançará automaticamente a todos os credenciados.

Considerando as disposições normativas e transpondo-as para o caso concreto a fim de analisar o cabimento do instituto, percebe-se que:

a) o objeto a que se pretende contratar provavelmente será executado simultaneamente por diversos contratados;

b) de acordo com as justificativas apresentadas, a Administração pretende contratar todos os particulares que preencherem os requisitos e tiverem a intenção de credenciar-se, a qual se dará pelo sistema de rodízio entre





PREFEITURA MUNICIPAL DE **PINHAIS**

ESTADO DO PARANÁ

as credenciadas, respeitando o art. 178 e incisos do Decreto Municipal 346/2023, e obedecendo à data que foi protocolada a documentação;

c) pela prestação dos serviços a credenciada/contratada fará jus ao pagamento dos serviços efetivamente executados, de acordo com a tabela contida no Anexo I do Edital de Credenciamento, cujos valores foram pré-fixados pela Administração, obtido a partir da média de preços em sede de pesquisa de mercado; Ressalta que o valor máximo estimado a ser contratado é de **R\$ 3.600.000,00** (três milhões e seiscentos mil reais), no total.

d) o instrumento convocatório atende a todos os reclames legais

À guisa destas considerações, este Órgão Consultivo não vislumbra impedimentos para o prosseguimento da avença.

III – Conclusão

Considerado o exposto, este Órgão Jurídico não vislumbra óbices legais ao prosseguimento do processo.

Em linhas finais, aproveita-se o ensejo para destacar que:

a) presente análise foi baseada unicamente em documentos digitalizados e acessados por meio do *software* IPM – AtendeNet;

b) esta manifestação possui natureza meramente opinativa e, portanto, não vinculante para o gestor público, o qual pode, de forma justificada, adotar ou não a orientação exposta no parecer.⁵ Ou seja, o parecer é espécie do gênero

⁵ “Pareceres administrativos são manifestações de órgãos técnicos sobre assuntos submetidos à sua consideração. O parecer tem caráter meramente opinativo, não vinculando a Administração ou os particulares à sua motivação ou conclusões, salvo se aprovado por ato subsequente. Já, então, o que subsiste como ato administrativo não é o parecer, mas, sim, o ato de sua aprovação, que poderá revestir a modalidade normativa, ordinatória, negocial ou punitiva”. (MEIRELLES, 2010, p. 197).





PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHAIS

ESTADO DO PARANÁ

de ato enunciativo, no qual a Procuradoria se limita a exarar um entendimento técnico sobre determinado assunto e emitir orientação jurídica sem caráter mandamental. Destarte, na hipótese de discordância, observados os limites normativos, faculta-se ao gestor exercer seu poder discricionário e praticar ato distinto daquele recomendado no presente parecer;

c) este parecer refere-se tão somente aos aspectos jurídicos e formais, reservando-se à Secretaria Consultante a responsabilidade pelos critérios de conveniência e oportunidade dos atos praticados.

É o parecer.

Pinhaais, 24 de agosto de 2023.

Edson Galdino Vilela de Souza
Procurador-Geral do Município

Theo Botelho Marés de Souza
Procurador do Município

Christiane Dickel Ferrari
Assessora Especial de Gabinete

